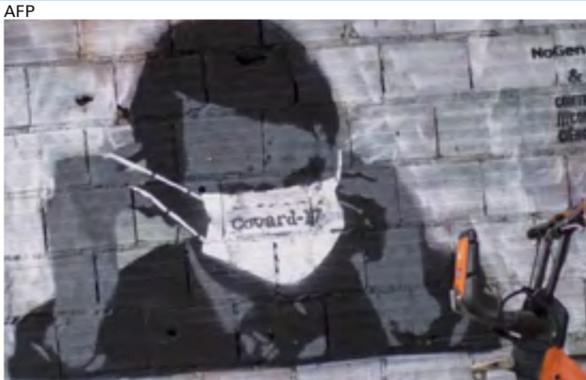


Governadores cogitam acionar Justiça

Bolsonaro se tornou uma ameaça grave à vida dos brasileiros

HORA DO POVO
ANO XXX - Nº 3.750 1 e 2 de Abril de 2020



Painel pintado em rua do subúrbio do Rio de Janeiro

Ajudar a disseminar doença que mata é atitude criminosa

O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, voltou a afirmar, na tarde da segunda-feira (30), que a orientação de sua pasta é para a população permanecer em casa. Ele disse que esta orientação é baseada na ciência e é a única forma de se proteger a vida das pessoas. Um dia antes o presidente Jair Bolsonaro afirmou que não é nada disso, que é "covarde" quem defende combater o vírus ficando em casa, incitando as pessoas a se aglomerarem. Ele pôs a população em risco de morte e ainda atacou os governadores. **Página 3**



1
REAL
BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Jane de Araujo - A. Senado



Senado exige quarentena geral em manifesto das lideranças

Todos os líderes do Senado assinaram nesta segunda-feira (30) um manifesto para se contrapor ao que vem defendendo e praticando o presidente Jair Bolsonaro. Os senadores defendem enfaticamente o isolamento social geral para minimizar os efeitos da pandemia de coronavírus, divulgou o vice-presidente da Casa, Antonio Anastasia (foto). **Pág. 3**

Pneumologista da Fiocruz alerta: há subnotificação de mortes por covid

Levantamento da Fiocruz apontou aumento de 10 vezes nas internações por problemas pulmonares. "Estão ocorrendo mortes por Covid-19 sem diagnóstico na rede pública", denunciou a pneumologista Margareth Dalcolmo. **Pág. 4**

Para economistas, o governo precisa aumentar gastos logo

Pedro Guerreiro - Ag. Pará



Por colocar a vida das pessoas em risco, os integrantes da carreta foram presos pela polícia em Belém

Belém: bolsonaristas são presos por carreta contra quarentena

A Polícia Militar do Pará prendeu um grupo de bolsonaristas que organizava uma carreta em Belém na manhã do domingo (29). Em seus carros importados, com máscaras, luvas e vidros fechados, eles defendem que a população "volte ao trabalho", independente dos riscos à vida por causa da pandemia de coronavírus. No estado, 21 casos de Covid-19 já foram confirmados e pelo menos uma morte. Já no Distrito Federal, Jair Bolsonaro voltou a desrespeitar o combate à doença e promoveu aglomerações nas cidades satélites de Taguatinga e Ceilândia. **Pág. 4**



DF: Bolsonaro sabotando o esforço para reduzir as vítimas fatais do corona

A recomendação de um grande número de economistas no sentido de que o governo suspenda as medidas regressivas da política fiscal em execução só cresce. O ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda José Roberto Mendonça de Barros defende "uma política fiscal expansionista". "Você vai aumentar os gastos mesmo, de diversos canais, que é a forma de dar um chão para uma economia que ficou sem chão de repente". Para o economista Alexandre Schwartzman, ex-diretor de Assuntos Internacionais do BC, "se a mortalidade subir, a gente vai ter uma recessão ainda maior". **Pág. 2**

Para Caiado, a campanha pró corona 'é uma total insensatez'

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), afirmou que o fato de Bolsonaro e de setores de empresários realizarem uma campanha contra a quarentena "é de uma total insensatez para não dizer criminoso": "Ontem [sábado, (28)] aqui em Goiânia tinha uns 14 ou 15 em BMW, Land Rover, sem apoio nenhum, dizendo que precisa trabalhar". **P. 3**

UFRJ desenvolve respiradores para produção rápida e a baixo custo

Pesquisadores do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) estão desenvolvendo um protótipo de ventilador pulmonar mecânico para ser reproduzido em massa, de forma simples, rápida e barata, com recursos disponíveis no mercado nacional. **Página 4**

Trump recua e estende quarentena até final de abril



O governador Flávio Dino (PCdoB)

'O Brasil se defronta com duas doenças: coronavírus e Bolsonaro', diz Flávio Dino

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), afirma que o "negacionismo" do presidente da República, Jair Bolsonaro, fez com que medidas para garantir salários, proteger empresas e distribuir renda a informais e desempregados demorassem para ser anunciadas, causando um problema social.

"Meu diagnóstico é que o Brasil se defronta com duas patologias, duas doenças. Uma, no sentido estrito da palavra, que são as síndromes derivadas do coronavírus. A outra doença é uma patologia política que atende pelo nome de bolsonarismo ou Bolsonaro. Temos que cuidar de uma de cada vez", avaliou o governador, em entrevista a Leonardo Sakamoto, colunista do UOL.

O governante estadual criticou as ações que vêm sendo adotadas pelo governo federal junto à população, à economia e à política. Segundo Dino, só há duas posições agora: de um lado, quem defende medidas preventivas; e, de outro, quem acha normal que pessoas morram. "Claro que esperamos que o mais breve possível seja viável rever certas restrições. Mas, no momento, o consenso científico é de que o distanciamento ou isolamento social é o único caminho que temos", observou.

Ele condenou, por exemplo, a possibilidade de separar do convívio social apenas idosos e pessoas mais suscetíveis à doença – o chamado "isolamento vertical" que vem sendo defendido por Bolsonaro.

"Em meio à política de distanciamento social visando a amenizar a propagação do vírus e garantir o famoso 'achatamento da curva' da pandemia, houve a introdução desse elemento exótico. Esse suposto 'isolamento vertical' não é praticado, simplesmente, em lugar algum do mundo. Nem o próprio Ministério da Saúde sabe explicar como se faz isso", assinalou.

Para Flávio Dino, dizer que "os fortes vão trabalhar e os fracos ficam em casa" reproduz uma ideologia "de inspiração eugenista, quase que de corte nazista" que leva em conta que esses supostos fortes não teriam contato com os fracos. "Ora, como faz isso? O governo vai dar casas para as pessoas? Para quem tem algum tipo de imunodeficiência ou para os idosos? É uma insensatez. É um descompromisso com a seriedade que deve inspirar o presidente da República", disse.

"Quando fazemos essa crítica ao presidente da República, não é apenas pelo poder simbólico, que já é grave, das palavras agressivas e ofensivas que profere. Mas seus discursos, na prática, ditam diretrizes para sua própria equipe de governo. Isso implica inércia, confusão, lacunas que, até aqui, estamos vendo em todos os planos, menos no sanitário – porque o ministro da Saúde e boa parte de sua equipe estão muito empenhados em tentar ajudar", frisou.

Flávio Dino observou que a postura de Bolsonaro tem produzido consequências nefastas também no terreno econômico.

"O negacionismo que professorou durante semanas fez com que o governo brasileiro tenha sido o último a anunciar medidas econômicas. Ele conseguiu ficar atrás do Donald Trump. Todos os países estão as concretizando, nós ainda estamos no terreno dos anúncios. Há três semanas, anunciaram o benefício de R\$ 200, que, corretamente, a Câmara dos Deputados elevou para R\$ 600. Mas as famílias estão precisando agora. Ele anunciou um pacote para os estados – de suspensão, de benefícios, de crédito, e nós estamos ainda aguardando as medidas práticas", denunciou.

Integra do texto em www.horadopovo.com.br

Bolsonaro sabota a quarentena e a saúde do povo brasileiro



Bolsonaro promoveu aglomerações e disse que faria um decreto contra a quarentena

Governadores avisam que irão à Justiça se Bolsonaro decretar fim da quarentena

Governadores de diversos estados avisaram que vão acionar a Justiça caso Jair Bolsonaro concretize sua ameaça de assinar um decreto que acaba com o distanciamento social em todo o país.

No domingo (29), Bolsonaro disse estar "com vontade, não sei se eu vou fazer, de baixar um decreto amanhã: toda e qualquer profissão legalmente existente ou aquela que é voltada para a informalidade", "vai poder trabalhar".

Bolsonaro disse, em discurso contra a quarentena feito em rede nacional, que as "autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, como proibição de transporte, fechamento de comércio e confinamento em massa".

Em grupo de WhatsApp dos governadores de todo o país, o governador da Bahia, Rui Costa (PT), afirmou que Bolsonaro "tem que parar de fazer política, parar de fazer intriga e assumir a função que a maioria do povo lhe deu de presidente da República. Cabe ao governo federal liderar esse processo e não ficar

alimentando crise".

Rui Costa argumentou que a Justiça deve ser acionada contra as medidas anti-isolamento de Bolsonaro. "Não vamos permitir. O que os governadores querem é que o presidente assumira suas responsabilidades de coordenar as ações de saúde pública para salvar vidas humanas".

"Parece que todos nós estamos vivendo um grande pesadelo e o presidente brincando", disse.

Os governadores do Pará, Helder Barbalho (MDB), Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), e Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), concordaram com as mensagens enviadas por Rui Costa no grupo.

Paulo Câmara declarou ser "totalmente contra" o decreto de Bolsonaro.

Helder Barbalho disse que "aqui, não vamos recuar. Se for necessário, iremos até à Justiça".

"Que ele [Bolsonaro] assumira as responsabilidades" sobre o agravamento da crise do coronavírus no país caso o isolamento seja interrompido.

Flávio Dino (PCdoB), governador de Maranhão,

lembrou que "vivemos em uma Federação". "O presidente não tem poderes de ditador. Ele não pode anular competências dos estados sobre proteção à saúde, nem normatizar sobre assuntos de interesse local. Se ele editar essa espécie de 'Ato Institucional', irei ignorar e fazer prevalecer o que consta do artigo 23 da Constituição". O artigo diz que também é competência dos governadores zelar pela saúde pública.

O governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), que já orientou sua assessoria jurídica de acionar a Justiça para cada medida de Bolsonaro que seja contra o isolamento, anunciou a renovação das medidas de isolamento no estado.

Na segunda-feira (30), "assino decreto renovando as medidas restritivas. Essa decisão é baseada na avaliação da OMS [Organização Mundial de Saúde] e das autoridades sanitárias. Não desafie o coronavírus. Não siga atitudes impensadas e descoladas da realidade", publicou Witzel em suas redes sociais.

Texto na íntegra em www.horadopovo.com.br

Caiado sobre as carreatas bolsonaristas: "em Goiânia tinha uns 14 ou 15 BMW, Land Rover"

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), afirmou que o fato de Bolsonaro e de setores de empresários realizarem uma campanha contra a quarentena "é de uma total insensatez para não dizer criminoso".

"Ontem [sábado (28)] aqui em Goiânia tinha uns 14 ou 15 em BMW, Land Rover, sem apoio nenhum, dizendo que precisa trabalhar", prosseguiu.

Caiado afirmou que o setor privado o tem pressionado para afrouxar o distanciamento social em Goiás.

"Primeiro, se eu começar a abrir tenho que

ter critérios claros e condições que não colapsem o quadro hospitalar. Isso vou segurar com mão de ferro. Segundo, eu disse a eles 'você não vai ter que assinar um termo de acordo se responsabilizando pelas pessoas que tiverem sido contaminadas ou se contaminarem dentro da empresa de vocês'. Porque agora pedem para abrir e daqui a 20 dias vão dizer que o povo está morrendo porque não tem UTI. Não podem querer ficar bonzinhos nas duas fotos", disse, em entrevista à Folha.

O governador goiano afirma que é "urgência urgentíssima" o governo Bolsonaro tomar medidas o mais rapidamente possível para garantir a alimentação das pessoas.

Ele diz que é a única forma para conseguir manter os cidadãos em casa e poder prosseguir na linha do isolamento social para enfrentamento ao coronavírus.

"Vamos fazer o atendimento social rápido, urgente, emergencial, ou vamos dar motivação para população promover a desobediência civil para se alimentar e sobreviver", disse Caiado.

Manifesto de líderes do Senado desautoriza proposta de Bolsonaro

Líderes do Senado assinaram na segunda-feira (30 de março) um manifesto para se contrapor ao que vem defendendo e praticando o presidente Jair Bolsonaro.

O presidente propõe um isolamento vertical, com quarentena imposta apenas a idosos e outros grupos mais vulneráveis. A medida é condenada por todas as autoridades sanitárias do mundo e do Brasil.

Os senadores defendem enfaticamente o isolamento social geral para minimizar os efeitos da pandemia de coronavírus.

Segundo o vice-presidente da Casa, Antonio Anastasia (PSD-MG), todos os líderes concordaram com seu teor e assinariam digitalmente o documento. Até a publicação desta reportagem, 13 líderes haviam assinado o texto.

No manifesto, intitulado "Pelo Isolamento Social", os senadores destacaram que, na inexistência

de vacina ou tratamento médico comprovado, a experiência de outros países mostra que a medida mais eficaz para minimizar os efeitos da pandemia é o isolamento social.

"Somente o isolamento social, mantidas as atividades essenciais, poderá promover o 'achatamento da curva' de contágio, possibilitando que a estrutura de saúde possa atender ao maior número possível de enfermos, salvando assim milhões de vida, conforme apontam os estudos sobre o tema", afirmaram os líderes no documento.

"O Senado Federal se manifesta de acordo com as recomendações da Organização Mundial de Saúde e apoia o isolamento social no Brasil, ao mesmo tempo em que pede ao povo que cumpra as medidas ficando em casa", ressaltou o manifesto. Os senadores disseram ainda que cabe ao Estado "apoiar as pessoas vulneráveis, os empreende-

dores e outros segmentos que possam atingidos economicamente pelos efeitos do isolamento social".

Assinaram o documento os senadores: Weverton Rocha – líder do PDT

Leila Barros – líder do PSB

Veneziano Vital do Rego – líder do Bloco Independente no Senado.

Otto Alencar – líder do PSD

Telmário Mota – líder do PROS

Eduardo Gomes – líder do Governo no Congresso

Fernando Bezerra – líder do Governo no Senado

Eduardo Braga – líder do MDB e da maioria

Randolfe Rodrigues – líder da REDE e da oposição

Rogério Carvalho – líder do PT

Álvaro Dias – líder do PODEMOS

Eliziane Gama – líder do Cidadania

Rodrigo Pacheco – líder do DEM

Ele desrespeita e ignora o isolamento, ajuda a disseminar a Covid-19 e diz que vai acabar com o distanciamento social

O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, acaba de afirmar, em entrevista coletiva na tarde da segunda-feira (30), que a orientação de sua pasta é para a população permanecer em casa.

Ele disse que esta orientação é baseada na ciência e é a única forma de se proteger a vida das pessoas. Um dia antes o presidente Jair Bolsonaro afirmou, em Taguatinga, cidade satélite de Brasília, que não é nada disso. Que é "covarde" quem defende combater o vírus ficando em casa.

O presidente aproveitou-se do desespero das pessoas diante da inação de seu governo, que até agora pouco fez de concreto em termos de ajuda, e estimulou ambulantes, que deveriam estar em casa, recebendo recursos emergenciais do governo, a irem para as ruas vender seus produtos.

Bolsonaro segura os recursos que deveria injetar na economia, como estão fazendo todos os países do mundo, e acusa os governadores de serem os responsáveis pela retração da economia e pelas dificuldades que a população está passando.

Um cinismo sem precedentes. Ele põe a população em risco de morte, não ajuda como devia, e ainda acusa os governadores.

Bolsonaro não só está sabotando o esforço nacional de combate ao drama do coronavírus, como está insuflando a população a se insurgir contra as medidas adotadas pelo seu Ministério da Saúde, pelos governos e pelas secretarias estaduais e municipais de Saúde.

Ele estimulou carreatas de seguidores em várias localidades para convocar a população a abandonar as medidas de segurança preconizadas e conclamou para que saíssem de suas casas e voltassem aos seus trabalhos. A população repudiou essas iniciativas criminosas jogando ovos e outras substâncias não muito perfumadas nos carros luxuosos que participaram dessas "carreatas da morte".

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), que já tinha afirmado que Bolsonaro não entende nada de saúde e que, em Goiás, as medidas de proteção à saúde coletiva vão ser mantidas, ironizou no domingo a carreata estimulada por Bolsonaro na capital do estado. "Ontem [sábado (28)] aqui em Goiânia tinha uns 14 ou 15 em BMW, Land Rover, sem apoio nenhum, dizendo que precisa trabalhar", prosseguiu.

O passeio irresponsável de Jair Bolsonaro no domingo (29) pelas diversas cidades satélites de Brasília, aglomerando pessoas nas ruas e atacando as medidas do Ministério da Saúde, é uma atitude criminosas, uma ameaça à vida da população.

Com esse comportamento, Bolsonaro está usando o seu cargo para dar o mau exemplo para a população e estimular a propagação do vírus. É uma atitude criminosas. Bolsonaro está contribuindo para a morte de milhares de pessoas.

Ele foi acionado na Justiça de Brasília por crime contra a Saúde Pública.

Os governos estaduais já anunciam que também entrarão na Justiça contra Bolsonaro caso ela faça o que disse que faria a jornalistas neste domingo (29). Bolsonaro afirmou, que, se tiver vontade, põe fim ao isolamento social.

"Estou com vontade, não sei se eu vou fazer, de baixar um decreto amanhã: toda e qualquer

profissão legalmente existente ou aquela que é voltada para a informalidade, se for necessária para levar o sustento para os seus filhos, para levar leite para seus filhos, para levar arroz e feijão para casa, vai poder trabalhar", ameaçou.

O que a população exige, ao contrário disso, é que ele libere imediatamente os recursos para garantir a renda dos trabalhadores.

A sabotagem de Bolsonaro à luta contra a expansão do coronavírus está, literalmente, virando caso de polícia. Na manhã de domingo (29), bolsonaristas que seguiam as orientações do presidente foram presos em Belém do Pará por insistirem em incitar a população a abandonar as medidas de proteção e voltar a se aglomerar nas ruas.

No Pará, um decreto assinado pelo governador Helder Barbalho (MDB), com as normas sanitárias, proíbe aglomerações no Estado. Nove bolsonaristas foram detidos e encaminhados à delegacia. Na semana passada, em Guarulhos, na Grande São Paulo, a polícia prendeu um grupo de bolsonaristas e recolheu um caminhão de som que repetia as ideias de Bolsonaro.

Três bolsonaristas foram detidos na segunda-feira (30), após ameaçarem um comerciante em Xerém, na Baixada Fluminense. Segundo a Polícia Civil, o dono de um bar foi abordado após fechar o estabelecimento seguindo as recomendações do decreto do governo estadual no enfrentamento do novo coronavírus.

O isolamento de Bolsonaro é monumental. Senado, Câmara, Supremo, governadores, todas as entidades nacionais, as igrejas, generais, como o general Santos Cruz e o general Edson Leal Pujol, comandante do Exército, e outros, estão condenando as atitudes do presidente.

João Dória (PSDB), governador de São Paulo, orientou a população a não seguir Bolsonaro. "Sigam os médicos e não Bolsonaro", disse. O governador do Rio, Wilson Witzel (PSC), afirmou que o "presidente da República pode responder por crime contra a humanidade".

O governador Flávio Dino (PCdoB), do Maranhão, disse que "o Brasil se defronta com duas doenças: coronavírus e Bolsonaro". O Senado da República, em manifesto, desautorizou o presidente. O Twitter tirou do ar postagens de Bolsonaro por "atentarem contra a vida das pessoas".

A insanidade de Bolsonaro é destaque na imprensa internacional.

Depois da virada da Donald Trump, que passou admitir que estava atrasado nas medidas de proteção à população americana, e defendeu o isolamento social, Bolsonaro é o único chefe de estado no mundo a ser contra as medidas preconizadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Toda a imprensa mundial está registrando que o comportamento de Bolsonaro é perigoso e está colocando em risco a vida das pessoas.

Veículos de mídia da França e Alemanha noticiam os posts de Bolsonaro apagados do Twitter por infringirem regras. O Argentino La Nación citou o 'gabinete do ódio', liderado por Carlos Bolsonaro e a The Economist, uma das revistas mais importantes do mundo, chamou o presidente de "BolsoNero".

S. C.

O maior painelço da história: Doze dias de Fora Bolsonaro

Depois que Bolsonaro desrespeitou o país inteiro, com um pronunciamento fúnebre, defendendo a morte de brasileiros para salvar o lucro dos especuladores, os brasileiros não perdoaram mais. No sábado (28) ocorreu o décimo segundo dia de painelaços contra o presidente.

As carreatas da morte, convocadas por Bolsonaro e seus filhos, para insuflar a população a se aglomerarem nas ruas, também para garantir os lucros dos empresários, foram recebidas com ovos e protestos em várias localidades. Em Porto Alegre, as pessoas gritavam: fora assas-

sinos, playboys safados e tome ovos e outros objetos.

As pessoas bateram painelas e gritaram 'fora, Bolsonaro!' na noite deste sábado (28) em várias capitais do país. As primeiras manifestações contrárias a Bolsonaro presidente ocorreram na terça-feira (17) da semana passada.

No Rio, houve protestos em Botafogo, Humaitá e Leme; em São Paulo bateram painelas o Centro, Jardins, Pinheiros, Santa Cecília, Ipiranga e Perdizes; em Belo Horizonte, toda a região central bateu painelas contra Bolsonaro.

Bolsonaristas são presos durante carreata contra quarentena no PA

“Vamos tomar todas as providências necessárias, para proteger a população”, disse Helder Barbalho

A Polícia Militar do Pará prendeu um grupo de bolsonaristas que organizava uma carreata em Belém na manhã do domingo (29). Em seus carros importados, com máscaras, luvas e vidros fechados, eles defendem que a população “volte ao trabalho”, independente dos riscos da pandemia de coronavírus. No estado, 21 casos de Covid-19 já foram confirmados.

A Tropa de Choque da PM agiu para impedir a aglomeração. Nove bolsonaristas foram detidos e encaminhados para a Seccional da Cremação.

No Pará, um decreto assinado pelo governador Helder Barbalho, com as normas sanitárias, proíbe aglomerações no Estado. A medida adotada em todo o Estado visa combater a proliferação do coronavírus e dar cumprimento à Portaria 121/2020, da Diretoria de Polícia Administrativa (DPA) publicada no boletim interno da instituição, em cumprimento ao decreto estadual publicado no DOE 340.160, de 27 de março de 2020, o qual determina a suspensão do licenciamento e/ou autorização para eventos, reuniões, manifestações, carreatas, passeatas, de caráter público ou privado e de qualquer espécie.

Em vídeo ao lado das autoridades policiais, o governador Helder Barbalho afirmou: “Está orientado a Secretaria de Segurança Pública, a Polícia Militar do Estado, a Polícia Civil, para tomar todas as providências necessárias, para proteger a população”, disse

Helder. “Não permitiremos que pessoas resolvam, aqui no estado do Pará, estimular que a exposição da população paraense possa acontecer”.

Segundo o Governo do Pará, os órgãos de segurança do Estado seguem unidos trabalhando para combater a proliferação do Novo Coronavírus no território paraense. “A ação é um cumprimento do decreto estadual que determina a suspensão do licenciamento e/ou autorização para eventos, reuniões, manifestações, carreatas e/ou passeatas, de caráter público ou privado e de qualquer espécie, a fim de evitar aglomeração”.

O governo paraense destacou ainda que a ação da Tropa de Choque foi recomendada pelos ministérios Público Federal (MPF), Estadual (MPPA), e defensorias da União (DPU) e do Estado (DPE-PA).

A recomendação foi enviada no último sábado (27) ao Governo do Estado e às prefeituras municipais pedindo a interrupção de carreatas ou qualquer tipo de aglomeração de pessoas, em meio à pandemia do novo coronavírus.

O documento ressalta que “retardar a velocidade de propagação é a única forma de mitigar os impactos sobre o Sistema de Saúde, impedindo – ou, ao menos reduzindo – com isso, o número de mortes evitáveis. Compreenda-se: mortes que decorram não diretamente da doença Covid-19 ou de sua associação a comorbidades, mas de ineficiência no atendimento médico-hospitalar”.

O documento ressalta que “retardar a velocidade de propagação é a única forma de mitigar os impactos sobre o Sistema de Saúde, impedindo – ou, ao menos reduzindo – com isso, o número de mortes evitáveis. Compreenda-se: mortes que decorram não diretamente da doença Covid-19 ou de sua associação a comorbidades, mas de ineficiência no atendimento médico-hospitalar”.



Operação que barrou carreata foi recomendada pelo Ministério Público

Janaina Paschoal critica o clã Bolsonaro: ‘família de malucos’

A deputada estadual Janaina Paschoal (PSL-SP) criticou em seu Twitter o tratamento dado à pandemia do coronavírus por Jair Bolsonaro. Em discussão com a bolsonarista Carla Zambelli, Janaina criticou: “diz amém pra uma família de malucos”.

Janaina aproveitou para convidar os colegas de partido e os filhos do presidente Eduardo, Flávio e Carlos para “levar cestas básicas para comunidades pobres nas periferias do país”.

“Quero ver Eduardo, Flávio, Carlos, Gil Diniz, Douglas Garcia, Carla Zambelli e cia, distribuindo cestas básicas nas comunidades!”

Eles não estão no grupo de risco, defendem isolamento vertical!” disse a deputada que aproveitou para criticar a as carreatas convocadas pelos bolsonaristas. “Bora provar que é só uma gripezinha! Ficar no computador chamando carreata é fácil!”, afirmou.

“Estou trabalhando em uma PEC q reduz temporariamente salários de servidores para usar na crise”, disse Carla Zambelli. “Estou trabalhando 18h por dia e em nenhum momento chamei ou incentivei carreata. Defendo o governo pq acredito nas pessoas q o conduzem. E acho q seu tom está começando a conter ódio.”

Janaina rebateu a Zambelli e garantiu que a família Bolsonaro é maluca. “Carla, sabe o tanto que gosto de você. Mas não votei em uma Deputada para dizer amém a uma família de malucos. Votei em alguém para me representar”, escreveu. “Eu apoio os Ministros, cujo trabalho vem sendo prejudicado pelo chefe”.

“Gente, vocês que acham que estamos enfrentando uma gripezinha, saiam da frente do computador, parem de seguir e xingar quem pensa diferente. Vão trabalhar como voluntários nos hospitais, auxiliando na triagem dos doentes!”, convidou Janaina.



Fila em posto de distribuição na Zona Norte da capital paulista

Falha na distribuição provoca falta de gás em S. Paulo; preço dispara

Em meio à recomendação de isolamento social em decorrência da pandemia de coronavírus, uma falta repentina de botijões de gás de cozinha tem provocado filas em distribuidoras na região metropolitana de São Paulo.

Empresas citam alta repentina na procura pelo botijão e menor abastecimento. Nas zonas norte e leste da capital paulista, moradores relatam dificuldades para encontrar o produto desde a quarta-feira (27).

O supervisor de manutenção aposentado Gilberto Silva, de 58 anos contou que algumas distribuidoras aumentaram o preço em cerca de 50%. “Na Brasilândia (zona norte) estavam vendendo o botijão a R\$ 120”.

Segundo a ANP, até o sábado passado (21) o consumidor da capital paulista pagava em média R\$ 67,80 por um botijão de 13 quilos. Esse valor dava um lucro médio de 35% às revendedoras, que pagavam em torno de R\$ 50 por botijão nas distribuidoras de gás.

A professora Alvirne Góes afirma ter pago, ontem, bem mais no bairro onde mora, na Vila Jacuí, zona leste: R\$ 230. “Eu nem estou pensando em estocar. Meu gás simplesmente acabou. A gente foi tentar buscar, e em todo lugar o preço estava absurdamente alto, mas não tive escolha, tive que pagar”, diz.

A reportagem conferiu os preços em um aplicativo de delivery de botijões, o ‘Chama’, entre o sábado (28) e a segunda-feira (30). Na região central de São Paulo, os preços variavam de R\$ 80 a R\$ 120, o valor varia de acordo com a distribuidora. Nos bairros do Limão, Mandaqui e Tucuruvi, por exemplo, todos da Zona Norte, cada botijão custava entre R\$ 90 e R\$ 140.

O aplicativo permite a comparação dos valores do produto e aponta que, durante o período de isolamento, o valor do botijão de gás pode aumentar até 35% na cidade.

Segundo o aplicativo, que tem 2.000 distribuidoras cadastradas, em São Paulo a média de preços do botijão de 13 quilos no início de março, antes da quarentena, era de R\$ 71. Agora, o botijão não é encontrado por menos de R\$ 81 na cidade.

Os preços abusivos foram encontrados em diversas regiões da capital. Itaquera, na zona leste, não foi encontrado por menos de R\$ 90,00. Na Lapa, na oeste, não havia oferta menor que R\$ 88,00.

DISTRIBUIÇÃO

Um funcionário de uma distribuidora contou para a Hora do Povo que as empresas que operam no envaseamento dos botijões, como Consigaz e Ultrazgaz não estão entregando de acordo com a demanda pedida. “Peço 400, mas só chegam 150”. Ele também apontou que “as pessoas estão estocando botijão com medo do desabastecimento”, o que dificulta ainda mais.

Neste mesmo contato, o funcionário apontou que “as empresas estão com dutos em reforma e não estão conseguindo envazar em Mauá (cidade da região metropolitana de São Paulo), que tem uma alta capacidade de envaseamento de botijões. Estão trazendo de cidades do litoral, como Santos, ou do interior, que tem menor capacidade de envaseamento”.

Segundo ele, este seria o motivo para a falta de botijões na capital e em outras cidades da região metropolitana, somado ao aumento da demanda, já que mais pessoas estão ficando constantemente em casa, além daquelas que resolveram estocar o produto.

A questão levantada pelo funcionário não é mencionada pelas empresas de envaseamento. Segundo elas, a entrega aos revendedores está normal e o problema é somente o excesso de compra do consumidor.

A Consigaz diz que tem entregado aos revendedores quantidades de botijões superiores ao planejado para o período e, mesmo assim, tem sido insuficiente. “O consumidor deve estar antecipando a compra de gás ou até adquirindo um botijão de reserva, o que é desnecessário”, informou a empresa.

A Ultrazgaz também fala em aumento da demanda. “Para dar uma ideia, na Grande São Paulo, só a Ultrazgaz comercializa 1,5 milhão de botijões de 13 quilos por mês. Somente na última semana, além da demanda normal, houve aumento de 300 mil botijões adicionais”.

Segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP), o disparo nos preços é um problema pontual. “O abastecimento está normal. Em alguns lugares pode ter faltado botijão porque houve aumento da demanda, por dois motivos: primeiro, as pessoas estão comendo em casa, gastando mais gás; o segundo motivo é que possivelmente também tem gente estocando, desnecessariamente, devido à quarentena”, informou a agência.



Pneumologista da Fiocruz: “mortes por Covid-19 não estão sendo diagnosticadas”

“Estão ocorrendo mortes por Covid-19 sem diagnóstico na rede pública”, denunciou a Pneumologista da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) da Fiocruz, Margareth Dalcolmo.

A médica acredita que o novo coronavírus pode ter efeitos tão ou mais graves no Brasil do que o que estamos vendo na Itália. Isso porque o país registra 3.417 casos, mas a testagem é baixa na população dentro e fora dos hospitais. Até o início da tarde desta sexta-feira, 27, O Ministério da Saúde havia registrado 92 mortes causadas pela Covid-19 no Brasil.

“A média de idade dos pacientes em estado grave no Brasil está, por ora, entre 47 anos e 50 anos. São pessoas de classe média e alta, internadas na rede particular. E aqui ainda nem sabemos bem o que está acontecendo porque existe uma lacuna entre os números oficiais e o que acontece nos hospitais. Não temo em dizer que estão ocorrendo mortes por Covid-19 sem diagnóstico na rede pública”, disse, em entrevista ao jornal “O Globo” publicada nesta sexta-feira, 27.

A médica relata a possibilidade emitente do coronavírus cruzar com a tuberculose no Brasil, trazendo ainda mais mortes porque pode mudar o perfil da doença no país. Para ela, se isso acontecer o número de mortes será “absurdo”.

“Um exemplo é o caso da tuberculose, uma doença que é fator de agravamento da Covid-19. O Brasil tem uma taxa

elevada, cerca de 30 casos por 100 mil habitantes. Em cidades como o Rio de Janeiro, ela já é muito alta, de 70 a 75 casos por 100 mil. Mas na Cidade de Deus, onde houve um caso, na Rocinha e em Mangueiras, por exemplo, ela explode para 280 a 300 por 100 mil. E nos presídios chega a absurdos 2.500 casos por 100 mil. Cerca de 80% dos casos de tuberculose são pulmonares. Quando a Covid-19 encontrar a tuberculose, teremos uma mortalidade absurda”, analisou.

“Aqui poderemos ‘rejuvenescer’ a Covid-19. A minha preocupação é que a média de idade aqui seja muito mais jovem do que na Itália, justamente por nossas condições socioeconômicas. Mas não só por isso, mas também pelo que temos visto nos hospitais”, acrescentou.

ISOLAMENTO RADICAL
Questionada sobre as medidas que podem ser adotadas neste momento, Dalcolmo defende o isolamento social radical como única alternativa.

“Defender o isolamento social radical. Não há alternativa. Isso tem um alto custo econômico, terrível mesmo. Mas a doença custará ainda mais caro. O Brasil tem milhões de trabalhadores informais. O governo tem que ajudá-los, mas a iniciativa privada também deveria colaborar com essa parte. Não haverá vacina para salvar as pessoas nessa pandemia. A vacina será para daqui a cerca de dois anos. Mas as pessoas estão morrendo agora”, afirmou.

UFRJ está desenvolvendo respirador de emergência para produção em massa

Pesquisadores do Instituto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) estão desenvolvendo um protótipo de ventilador pulmonar mecânico para ser reproduzido em massa, de forma simples, rápida e barata, com recursos disponíveis no mercado nacional.

Desenvolvido pelo Programa de Engenharia Biomédica do Coppe no Laboratório de Engenharia Pulmonar e Cardiovascular da Coppe, o equipamento poderá contribuir para suprir, emergencialmente, a crescente busca dos hospitais por esses aparelhos, em decorrência da pandemia causada pelo novo coronavírus.

A estimativa é de que, nas próximas semanas, o Brasil vai precisar de mais de 20 mil ventiladores pulmonares mecânicos para atender as vítimas do coronavírus, principalmente os casos mais graves de falta de ar e dificuldades respiratórias. A produção atual de ventiladores pelas empresas brasileiras é de 2 mil por mês, e mesmo com produção acelerada essas empresas não vão conseguir atender à demanda esperada.

Para reduzir essa lacuna, os pesquisadores da Coppe iniciaram uma campanha para obter financiamento e parcerias com empresas, instituições privadas e públicas. O objetivo é viabilizar a produção do protótipo, com rapidez e em larga escala.

A iniciativa conta agora com a colaboração de pesquisadores de cinco programas de pós-graduação da Coppe, além de outras unidades da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e outras instituições de pesquisa do país. Várias empresas de grande porte têm se prontificado



Equipamento do Coppe está em fase de testes

a ajudar no desenvolvimento, na distribuição e no financiamento dessa iniciativa.

O professor Jurandir Nadal, chefe do Laboratório de Engenharia Pulmonar e Cardiovascular da Coppe, disse que a proposta é possibilitar a ventilação mecânica com diferentes concentrações de oxigênio e pressões compatíveis com os pacientes com angústia respiratória.

“É um ventilador pulmonar feito para fins emergenciais, para substituir os equipamentos quando não estiverem disponíveis. Uma opção de emergência. O paciente que estamos prevendo encontrar é o que sofre de síndrome da angústia respiratória. Não consegue respirar. Por isso, o equipamento força a entrada do ar”, explicou.

VENTILADOR

De acordo com o projeto, válvulas de segurança protegem o paciente de pressão excessiva e filtros especiais evitam que o ar expirado espalhe coronavírus no ambiente e possa contaminar os profissionais de assistência intensiva. O ventilador proposto, classificado como ventilador de pressão, fornece a mistura de ar rico em oxigênio com pressão suficiente para vencer a resistência do pulmão doente. As válvulas permitem oferecer ao paciente uma mistura de ar e oxigênio medicinais durante a ins-

piração e são fechadas na expiração.

O ventilador não deixa a pressão cair abaixo de um valor mínimo para evitar que as partes do pulmão que absorvem o oxigênio se colapsem, prevenindo lesões provocadas pela ventilação artificial. O ar expirado passa, então, por um filtro especial que retém as gotículas de água com vírus, mantendo a umidade do sistema respiratório.

O professor explicou que o ventilador pulmonar da Coppe vai sair barato porque não está sendo feito como um produto para competir, e sim por pool voluntário.

“Em relação a custos estimados, até o momento, o maior deles seria o pagamento de dezenas de pessoas por hora de trabalho, no entanto elas vêm trabalhando voluntariamente até o momento. As peças envolvidas são poucas e não é possível ainda avaliar com precisão o custo de cada uma na fase de produção em quantidade, mas espera-se ter um produto muito mais barato que um monitor médico comercial, cujo valor é cerca de 50 mil reais. Isso porque esse produto não pretende ter o mesmo nível de sofisticação dos demais. Além disso, seu custo final pode ainda ser reduzido se as intenções de apoio financeiro se concretizarem”, ressaltou.

Servidores: proposta de redução salarial 'é covarde e inapropriada'



Corte de salários poderá afetar ainda mais o combate ao coronavírus



Felipe Santa Cruz, presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil 'MP 927 viola garantias mínimas asseguradas ao trabalhador pela Constituição', afirma OAB

A OAB Nacional divulgou uma nota técnica, em conjunto com a Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat), sobre a Medida Provisória 927, editada por Bolsonaro, que altera relações de trabalho durante o período de epidemia do coronavírus.

No documento, a OAB afirma que a MP viola garantias mínimas asseguradas ao trabalhador ao permitir "negociação individual", sem a participação de sindicatos e associações representativas, possibilitando redução dos salários e de direitos.

Para a entidade, a MP "produz efeitos brutais que violam garantias mínimas que a Constituição brasileira assegura aos trabalhadores, sobretudo com prejuízos severos à renda dos trabalhadores e à sua integridade física. O conteúdo da MP 927, por outro lado, extrapola de modo perigoso os limites da decretação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6/2020, assim como o alcance da emergência de saúde pública decretada pelo Ministro da Saúde, conforme a Lei nº 13.979/2020. Além disso, as alterações legislativas decorrentes da MP 927 representam, comparativamente, caminho oposto ao adotado por países europeus cujas regulações trabalhistas tradicionalmente inspiram o nosso Direito do Trabalho, como Itália, França, Espanha e Reino Unido, que embora assolados pela mesma situação catastrófica, buscam preservar a capacidade econômica dos trabalhadores e a base de

consumo da sociedade".

A nota ressalta que "a MP 927, em desarmonia com os princípios elementares do Direito do Trabalho e com o texto da Constituição da República, passa a fomentar a celebração de acordos de trabalho individuais, de maneira exagerada e prejudicial aos trabalhadores (art. 2º). Além disso, o empregador passa a ter poder exclusivo sobre matérias tipicamente coletivas, como a prorrogação de convenções e acordos coletivos de trabalho (art. 30). Nesses dois aspectos, resultam transgressões evidentes a comandos constitucionais que caminham no sentido de condicionar excepcionalidades que possam resultar em redução salarial, aumento exaustivo da jornada de trabalho ou extensão de normas coletivas sem entendimento prévio entre empregadores e trabalhadores, representados por seus sindicatos representativos (art. 7º, IV, X, XIII, XIV e XXVI; art. 8º, III e VIII, da Constituição brasileira). Um dos elementos centrais do Direito do Trabalho se extrai precisamente da irrenunciabilidade, razão pela qual não se pode admitir medidas prejudiciais ao trabalhador que venham a ser impostas ao alvedrio do empregador ou concretizadas em acordos individuais nos quais não haja o necessário equilíbrio entre as partes (art. 468 da CLT). Não fosse por todas essas inegáveis transgressões do sistema constitucional brasileiro, o art. 2º da MP 927 viola também o disposto no art. 4 da Convenção nº 98 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), cujo

texto busca privilegiar a utilização dos meios de negociação voluntária entre empregadores ou organizações de empregadores e organizações de trabalhadores, com o objetivo de regular, por meio de convenções, os termos e condições de emprego".

Para a presidente da Abrat, Alessandra Camarano, "a MP destrói e mitiga todas as relações de trabalho e traz prejuízos para a classe trabalhadora. Sem a participação de sindicatos, a medida permite a redução de salários, antecipação de férias, férias coletivas e uso do banco de horas. Chama a atenção a autorização para empregado e empregador celebrarem acordos individuais que terão preponderância sobre os demais instrumentos normativos e negociais, contrariando a Constituição. Esse é um precedente perigoso que viola normas internacionais da Organização Internacional do Trabalho (OIT)", afirma.

A nota é assinada pelo presidente Nacional da OAB, Felipe Santa Cruz; pelo presidente da Comissão Nacional de Direitos Sociais do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - CNDS/CFOAB, Antonio Fabrício de Matos Gonçalves; pelo membro da Comissão Nacional de Direitos Sociais do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - CNDS/CFOAB, Mauro de Azevedo Menezes e pela presidente da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas - ABRAT, Alessandra Camarano.

MP permite que infectados sejam demitidos sem direitos

A Medida Provisória 927 foi alvo de críticas de especialistas em direito do trabalho desde a sua publicação, no último dia (22). Com a "flexibilização" das leis trabalhistas, a MP abre precedente para que os trabalhadores que contraírem o coronavírus possam ser demitidos quando voltarem de licença médica, afirmam especialistas em direito do trabalho.

A MP 927, em seu artigo 29, afirma que os "casos de contaminação pelo coronavírus (covid-19) não serão considerados

ocupacionais", ou seja, não serão considerados acidentes ou doenças de trabalho, exceto quando o trabalhador conseguir comprovar que essa contaminação aconteceu no escritório, comércio ou fábrica. Ao dificultar a responsabilização da empresa, o governo abre a porta para a demissão "por justa causa". Assim, o trabalhador não tem direito a aviso prévio, 13º salário, férias proporcionais mais 1/3, saque do FGTS, multa de 40% sobre o FGTS, nem seguro desemprego. Isso justamente em um mo-

mento de crise econômica generalizada.

"A família fica totalmente sem respaldo e isso vai na contramão do que decidiu o Supremo Tribunal Federal recentemente em relação a esta questão da responsabilidade do empregador por dano decorrente por doenças no trabalho ou exposição a riscos. A responsabilidade é objetiva do empregador, segundo o STF", analisa a presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat), Alessandra Camarano Martins.

Entidades rebatem proposta do governo de reduzir 25% dos salários do funcionalismo

As entidades representativas dos servidores públicos repudiaram a proposta do governo de redução dos salários da categoria em 25% para "arrecadar" recursos para combater o novo coronavírus (Covid-19).

José Carlos Arruda, diretor do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Rio de Janeiro (SindJustiça -RJ), afirma que a medida é covarde e que ataca os trabalhadores que estão na linha de frente no combate à pandemia, justamente no momento em que os servidores mais precisam de reforço.

"Essa medida é covarde e inapropriada. Quem está à frente do combate ao coronavírus são justamente os servidores, que teriam seus salários cortados no momento em que mais precisam", defendeu.

Segundo o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, a proposta do governo seria uma PEC do Executivo: "O governo que fez o acordo com a equipe técnica dos governadores e precisa assumir isso. O Parlamento pode tramitar qualquer matéria, mas seus autores precisam apresentar suas assinaturas na proposta", disse Maia.

Para a Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (ANAFE), "a gente fica até de alguma forma triste ou preocupado, porque dentro dessa perspectiva de que tem um acréscimo de trabalho, a gente vê algumas propostas de medidas de corte de salário de servidor, que vai na contramão, porque fica parecendo que o servidor não está trabalhando", disse Marcelino Rodrigues, presidente da Ajufe.

Maia argumentou que a remuneração total de servidores dos Três Poderes representa cerca de R\$ 200 bilhões por ano. Segundo o presidente da Câmara, a economia mensal com a medida seria de até R\$ 3,6 bilhões.

"Se a gente for ver, se fizer esse corte, o impacto é mínimo diante do que

a gente vai precisar efetivamente para enfrentar esse momento. Estamos falando de R\$ 200 bilhões, R\$ 300 bilhões, que são necessários para injetar na economia. Com o corte na categoria dos servidores, não chega a poucos bilhões, se chegar. Então, acaba sendo mais jogar para a plateia, querer dar uma satisfação em cima disso", disse o presidente da Anafe.

O presidente do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais do Estado do Rio de Janeiro (Sisejufe), Valter Nogueira Alves, denuncia que essa é uma medida que tenta antecipar um dos pontos estabelecidos pela reforma administrativa.

"O que se está discutindo agora já é um início da discussão que está na PEC. Já que estamos num cenário de crise, o corte nos salários seria implementado agora, e então a PEC viria depois para ratificar. O governo deveria se preocupar em recuperar a economia dadas as circunstâncias que o país está vivendo. Não dá para fazer ajustes retirando direitos", afirma.

Num momento em que o debate nacional está em como garantir os meios de subsistência do povo brasileiro em meio ao isolamento social para conter a pandemia, a proposta de atacar os salários dos servidores vai na contramão das medidas adotadas no resto do mundo, cujo o desafio posto é de como manter a economia funcionando através de mais investimentos públicos, de mais presença do Estado.

Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef) alerta que "o governo e os parlamentares não tiram o foco dos servidores, como se nós fôssemos as causas dos males de todo o país. O servidor já teve corte nos salários, com o aumento das alíquotas previdenciárias feito com a reforma da Previdência. Não recebemos aumento há três anos", ressalta.

Juíza aponta 'perversidade' e suspende demissão em massa devido a Covid-19

A juíza Angela Maria Konrath, da Vara do Trabalho de Joaçaba (SC), suspendeu a demissão de 40 trabalhadores feita pela construtora Elevação, demitidos por conta da epidemia da Covid-19.

Na ação, a juíza afirma que "negar o trabalho e desprezar o diálogo social significa negar a própria possibilidade de sobrevivência de quem depende do esforço diário para prover seu sustento, o que se eleva em grau de perversidade quando a pessoa é despedida num momento em que está impedida de sair de casa para contenção de um vírus fatal que assola o mundo e sem negociar alternativas com o Sindicato para as pessoas que serão atingidas".

A ação foi movida pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Joaçaba. De acordo com o sindicato, a medida é "extrema e representa flagrante prejuízo aos funcionários, comprometendo inclusive a subsistência destes, em razão da impossibilidade de procurar novo emprego em período de estado de emergência".

A juíza ressalta ainda que "é inegável a precipitação do empregador que rompe os contratos de trabalho, até mesmo desprezando as demais alternativas viáveis sina-



lizadas pelo Executivo, em questionáveis Medidas Provisórias editadas para contornar o drama vivenciado por quem vive do trabalho diante das políticas de contenção ao novo Coronavírus, sendo que nenhuma das alternativas propostas pelo Governo Federal aponta para a rescisão contratual".

"Mesmo a possibilidade de suspensão contratual foi revista pelo Governo, sendo retirada da cena de alternativas, ante o reconhecimento de que o/a trabalhador/a depende de seu salário para sobreviver e a vida humana deve ter um valor maior".

Além da reintegração, a juíza determinou ainda que a empresa se abstenha de rescindir os contratos de trabalho dos empregados, sob pena de multa de R\$ 1 milhão, revertidas 50% aos trabalhadores vitimados e 50% para a entidade sindical.



Os trabalhadores em guerra pela vida, emprego e salário

NIVALDO SANTANA*

O movimento sindical brasileiro enfrenta desafios inéditos. Para atravessar essa conjuntura adversa, é fundamental uma vigorosa unidade das diferentes correntes do sindicalismo nacional – uma unidade gestada a partir da definição democrática de uma agenda consensual.

Em meio aos múltiplos ataques que os trabalhadores sofrem, até a definição das prioridades gera polêmica. Por onde começar? Como definir formas de luta em meio a uma pandemia? Como garantir emprego, salários e direitos sob uma grande desaceleração econômica? Como incorporar à resistência os trabalhadores desempregados, informais e precários?

Não existem respostas simples para problemas complexos. Em primeiro lugar, os sindicatos ainda sofrem os impactos dos retrocessos iniciados no governo Michel Temer (2016-2018), como a terceirização irrestrita (inclusive nas atividades-fim) e a reforma trabalhista – que legalizou o trabalho precário, limitou a atuação da Justiça do Trabalho e debilitou os sindicatos em sua sustentação financeira.

A partir de 2019, com o governo Jair Bolsonaro, o que era ruim ficou pior. Seu primeiro ato foi extinguir o Ministério do Trabalho, sinalizando sua vocação autoritária contra os trabalhadores. Na sequência, apresenta a medida provisória que cria a chamada "carteira de trabalho verde amarela", jogando na lata do lixo os direitos trabalhistas que sobreviveram aos ataques.

Todas as medidas adotadas pela dupla Bolsonaro/Guedes, além de radicalizarem os ataques aos direitos e ao sindicalismo, não entregaram a mercadoria prometida: a economia continua no fundo do poço e o desemprego continua nas nuvens. Para seguir a rota ultraliberal – que é a marca central do governo –, essas medidas vêm acompanhadas de restrições crescentes à democracia.

Como tragédia pouca é bobagem, o Brasil também é vítima da pandemia do coronavírus, provavelmente a maior ameaça à saúde pública mundial em um século. São centenas de milhares infectados no Planeta e dezenas de milhares de mortos – números que, desgrazadamente, devem crescer ainda mais.

Diante dessa tragédia cruzada – retração econômica e pandemia –, o drama maior do Brasil é estar praticamente sem governo. Isolado política e socialmente, de forma irresponsável e até criminoso o governo subestima a gravidade do coronavírus e o drama da parcela mais pobre dos brasileiros. Seu saco de maldades parece não ter fim.

Diminui o número de beneficiários do Bolsa Família e do Programa de Benefício Continuoado (BPC), congela a tramitação dos processos de aposentadoria, acaba com a política de valorização do salário mínimo. Em contrapartida, abre as burras do Tesouro para os bancos e grandes empresários. A última maldade foi a Medida Provisória (MP) 927/2020, que, entre outras perversidades, ataca salários e direitos dos trabalhadores, mas cria linhas de crédito e financiamento subsidiados para grandes empresários.

Resistir a tudo isso é necessário. Necessário e complexo. As medidas de combate à pandemia, para além das obrigações do poder público, tem duas medidas essenciais: higiene e isolamento social.

Com isso, formas clássicas de luta como greves, manifestações e atos públicos – atividades que pressupõem aglomeração de pessoas – são inviáveis nas circunstâncias atuais de pandemia. A própria pressão política no Congresso Nacional está dificultada, pela adoção no parlamento nacional da votação virtual.

Nesse quadro, despontam como novas formas de luta a guerrilha virtual nas redes sociais e as manifestações nos bairros, à noite, com os painéis. Podem não ter a mesma força e eficácia das grandes mobilizações de rua, mas contribuem poderosamente para o isolamento crescente do governo.

Por último, uma questão importante: essa crise crescente e generalizada – política, econômica, social – pode ser o caldo de cultura para aventuras golpistas dos governantes de plantão. O caos e o desgoverno do País, associado à crescente revolta do povo diante do atual descabro, podem reavivar tentações autoritárias por parte da gestão Bolsonaro.

Por isso, além de ter uma agenda de defesa da vida, do emprego e dos salários, o movimento sindical precisa compor uma ampla frente política e social contra as ameaças à democracia. Dessa frente devem participar os movimentos populares, as organizações democráticas, os setores empresariais comprometidos com o desenvolvimento nacional e com responsabilidade social, os governadores (independentemente de sua orientação política), o Congresso Nacional (inclusive segmentos conservadores) e dissidentes do bolsonarismo.

A resistência unitária, ampla e afirmativa, com uma agenda democrática de valorização do trabalho e conteúdo social para salvar o País do descabro, é o imperativo da hora presente. E deve ocupar o topo da agenda do sindicalismo nacional.

*Nivaldo Santana é Secretário de Relações Internacionais da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil) e secretário de Movimento Sindical do PCdoB. Foi deputado estadual em São Paulo por três mandatos (1995-2007).

Publicado originalmente no portal Vermelho.

“Errei”, admite prefeito de Milão após 4 mil mortos



Milão, principal cidade da região mais atingida, agora com as ruas vazias

Obrador junta-se a todo o mundo e exorta mexicanos: “fiquem em casa”

O presidente do México, López Obrador, exortou os mexicanos: “fiquem em casa”. A declaração veio na sexta, dia 27, junto com o alerta de que todas as pessoas devem participar da luta contra o coronavírus com medidas que proporcionem o distanciamento social para evitar “que os casos de infecção desapareçam”.

A enfática declaração de Obrador aconteceu assim que a Secretaria da Saúde (equivalente ao nosso ministério) informou que, até a quinta-feira, o número de infectados chegara a 717 constatados e que 12 pessoas já haviam falecido. De acordo com os números da Secretaria, os infectados naquele foram 132, ou seja, que a propagação começava a se acelerar.

“Agora o que queremos é que todos estejam em suas casas, com as suas famílias”, enfatizou López Obrador de nossos adultos mais velhos, pois está demonstrado que eles são os mais vulneráveis. Também devemos acompanhar com cuidado os que padecem de diabetes, hipertensão, problemas renais e as mulheres grávidas”.

A seguir, Obrador reitera: “Se não nos retirarmos a nossas casas os casos de infecção vão disparar e os hospitais ficarão saturados. Ainda que estejamos preparados, será algo transbordante”.

Ele ainda observou que, permitir a exacerbção da disseminação do vírus, além do inaceitável custo em vidas, “é o que pode fazer a economia se retrair ainda mais”.

Obrador entendeu a questão em jogo e, ao contrário dos erráticos movimentos de Bolsonaro, estimulando até



“Agora o que queremos é que todos estejam em suas casas, com as suas famílias”, enfatizou López Obrador

manifestações contra o indispensável isolamento, passou a seguir as orientações das autoridades sanitárias de seu governo e, em linha com os dirigentes de países no mundo inteiro, deixou de falar em “seguir a vida normalmente”.

Um dia antes de sua mensagem demonstrando que absorveu as recomendações dos especialistas, Obrador havia sido criticado com firmeza pelo subsecretário de Prevenção e Promoção da Saúde, Hugo López-Gatell. “Estou surpreso de que a mensagem para ficar em casa não tenha sido assimilada, mas que não haja dúvida: a meta é que a maioria das pessoas estejam fora do espaço público para achar a curva epidêmica do covid-19”, disse López-Gatell na quinta-feira (26)

Coronavírus faz 838 vítimas em 24 horas na Espanha e governo reforça quarentena

O número de infectados por coronavírus na Espanha elevou-se a 78.797, o que representa 6.549 infectados mais que no sábado enquanto que, nas últimas 24 horas, foram registradas 838 mortes, o que leva o total de falecidos a 6.528, segundo as cifras publicadas este domingo, 29, pelo Ministério de Saúde espanhol.

O número de mortes é o segundo recorde diário nos últimos dois dias: entre sexta-feira (27) e sábado (28), o país havia registrado 832 falecimentos, número mais alto até então.

A Comunidade (equivalente ao nosso município) de Madrid continua sendo a região mais afetada, com 22.677 casos confirmados e a morte de 3.082 pacientes. Depois vem a Catalunha, com 15.026 contagiados e 1.226 falecidos; e o País Basco com 5.740 casos e 265 mortes.

Por conta do crescimento exponencial de infectados e vítimas mortais, o presidente do governo espanhol, Pedro Sánchez, anunciou um endurecimento das condições do isolamento da população, iniciado há duas semanas.

SUBESTIMAÇÃO

Depois que a quantidade de mortos superou os 5.700



Avenida em Madri com a quarentena agora estendida

e ficou evidente a subestimação do problema pelo governo, Sánchez resolveu pela paralisação absoluta de todas as atividades não essenciais até 15 de abril pelo menos, data que será monitorada diariamente.

A quarentena anunciada inicialmente concluiria segunda-feira, 30, data que não tinha sido oficialmente mudada, mesmo depois do parlamento espanhol ter aprovado semana passada um adiamento.

Os espanhóis não poderão sair de suas casas, exceto aqueles que desempenhem atividades essenciais ou para ir às farmácias e supermercados.

Sánchez assinalou que, a partir de segunda-feira, os que não trabalharem terão oito dias de licença

retribuída, ou seja, que as empresas terão que pagar os salários completos.

O objetivo é evitar que nas grandes cidades, como Madrid e Barcelona, onde estão os principais focos de contágio, muitos trabalhadores saiam às ruas e os transportes públicos fiquem lotados de passageiros mais temerosos de perder o emprego que de contagiar-se.

A quantidade de registros da doença na Espanha é a quarta maior do mundo - atrás de Estados Unidos, Itália e China. O número de mortes é o segundo maior, menor apenas que o da Itália - que teve 10.023 mortes, segundo monitoramento da Universidade Johns Hopkins, nos Estados Unidos.



Enfermeiros preparam leito em sala de aula de escola em campo de refugiados em Gaza

Perigo em Gaza: 2 milhões sob cerco com água escassa, 26 leitos de UTI, 56 ventiladores

A pandemia causada pelo coronavírus chega à Faixa de Gaza quando a região e seu sistema sanitário e de saúde já estão em estado desesperador.

No domingo, dia 22, foram descobertos os dois primeiros casos em Gaza. Foi isto que as autoridades locais buscavam evitar. Há semanas os moradores são monitorados e instados a ficar em casa e a não se aglomerarem, escolas estão fechadas e pessoas que retornam à região ficam em quarentena.

Os dois primeiros casos foram de palestinos que voltaram do Paquistão. Agora já foi detectado um total de 9 doentes.

As perspectivas são extremamente preocupantes. Em uma área das mais densamente povoadas do planeta, onde em 365 Km2 vivem 2 milhões de pessoas. Já há, de forma crônica, grave deficiência de recursos financeiros, equipamento médico, remédios e pessoal. Que dizer das agudas necessidades que estão se avizinhandos?

Já ficou comprovado que as mais eficazes das medidas para evitar a acelerada propagação do Covid-19 são a higiene constante, o isolamento social e os testes, com o estrito isolamento dos positivados. Três fatores de difícil aplicação aí. Estamos diante da insuficiência em termos de fornecimento de água tratada e encanada e de um sistema extremamente precário de esgoto sanitário, além da escassez de material de limpeza e higiene.

Ou seja, todo o padrão das condições necessárias à contenção do vírus é impossível de ser aplicado na Faixa de Gaza.

O cerco israelense e egípcio a Gaza já tem mais de dez anos. Junto ao cerco são impostas restrições quanto à importação de medicamentos e equipamentos médicos. As barreiras impedem até a entrada de material de construção. A precariedade do sistema de saúde já é tão grande que não é raro os palestinos - em condições de saúde desesperadoras - recorrerem aos hospitais israelenses para sobreviverem.

O Centro Al Mezan de Direitos Humanos, com sede em Gaza, documentou que dos 25.658 palestinos da região que pediram socorro aos hospitais israelenses, 9.832 deixaram de ser atendidos (cerca de 38%) somente no ano de 2018, apesar das leis internacionais determinarem que a saúde e sobrevivência dos moradores de territórios sob ocupação é das autoridades da potência ocupante. No caso de Gaza o cerco e bloqueio por ar, terra e mar são análogos a uma ocupação militar no território e obrigam Israel dentro das Convenções de Genebra.

Até agora, não foi enviado a Gaza, por parte de Israel, nenhum equipamento médico ou material de proteção para os profissionais de Saúde. A Organização Mundial de Saúde (OMS) fez chegar a Gaza apenas algumas centenas de kits de testes e cerca de 1.000 conjuntos de proteção (aventais, luvas e máscaras) ao pessoal médico.

A sobrecarga em termos de leitos hospitalares e pessoal, se nenhuma medida de grande abrangência for tomada agora, vai chegar e não deve demorar. O diretor de medicina preventiva do Ministério da Saúde de Gaza, Majdi Duhair, declarou em recente entrevista ao portal Middle East Eye, que há seis leitos de UTI em um hospital de campanha e mais 20 leitos do gênero espalhados em instalações hospitalares por toda a Faixa de Gaza.

“O que se necessita para prevenir um cenário desesperador é ajuda massiva de Israel e da OMS para contribuir para barrar a propagação do vírus e garantir tratamento aos infectados”, afirma a organização israelense-palestina denominada Médicos pelos Direitos Humanos.

“Nestes momentos, quando vidas humanas estão sob risco, já não se trata apenas de obediência de Israel às leis internacionais e leis que tratam da ocupação, trata-se de atitudes determinadas por questões morais e humanas”, declara a organização.

O Dr. Ashraf al-Qudra, portavoza do Ministério da Saúde em Gaza, acaba de lançar um apelo curto, direto e dramático: “Estamos pedindo à ONU e à Comunidade Internacional que nos deem suporte imediato, incluindo ventiladores e equipamento de cuidado intensivo para que possamos tratar da epidemia”.

“Se houver uma propagação massiva vamos perder o controle e isso criará um imenso desastre”, alerta o Dr. Ashraf.

Da mesma forma se pronuncia um médico do Hospital Shifa, localizado na cidade de Gaza: “Sabemos que há uma escassez mundial, mas esperamos da OMS que tenha a capacidade de nos mandar algumas dezenas de máquinas e ventiladores imediatamente assim como envios, por parte da potência que controla as passagens nas fronteiras, Israel. Esperamos que o Egito e os demais países árabes também mandem material antes que seja tarde demais”.

A responsabilidade por parte de Israel é ainda maior se lembrarmos que, além do bloqueio e cerco prolongados a Gaza, nos bombardeios de regiões residenciais em 2009, 2012 e 2014, hospitais, postos de saúde e até ambulâncias foram atingidas pelos mísseis israelenses. No ataque a Gaza em 2014 os hospitais Al-Aqsa, em Deir al-Balah e al-Wafa em Shujaiyyeh foram bombardeados.

Leia esta matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

NATHANIEL BRAIA, com informações coletadas pelo Dr. Jean Goldenbaum - compositor e musicólogo judeu teuto-brasileiro. Doutor em Musicologia pela Universidade de Augsburg e professor do Centro Europeu de Música Judaica da Universidade de Hannover.

Goldenbaum integra o Observatório Judaico de Direitos Humanos no Brasil “Henry Sobel”

Giuseppe Sala, prefeito de Milão, principal cidade da Lombardia, região italiana mais atingida pelo Covid-19, admitiu que errou ao lançar a campanha “Milão não para” contrariando os que defendiam o isolamento

O prefeito de Milão, Giuseppe Sala, entrevistado para o programa “Che tempo che fa”, exibido na RAI, a principal emissora italiana, reconheceu, na quinta-feira (26/3), que errou ao apoiar a campanha “Milão não para”, que, lançada há exatamente um mês, estimulou os moradores da cidade a continuar as atividades econômicas e sociais, mesmo com a pandemia do novo coronavírus já se espalhando.

A Lombardia, cuja capital é Milão, é a região da Itália mais atingida pela COVID-19, registrando 32.346 casos de pessoas contaminadas e 4.474 óbitos, de acordo com balanço oficial divulgado no dia 26 de março. Em termos quantitativos, representa 40,1% da população italiana acometida pela doença, representando 54,4% das mortes no país.

O vídeo da campanha viralizou na internet em meio aos inúmeros casos de contaminação no país e após o governo ter decidido confinar 11 cidades do norte italiano onde haviam sido registrados os primeiros casos de transmissão interna da doença. A produção exibida

de exaltava os “milagres” feitos “todos os dias” pelos cidadãos de Milão e seus “ritmos impensáveis” e “resultados econômicos importantes”. “Porque, a cada dia, não temos medo. Milão não para”, afirmava o conteúdo expresso no vídeo, informa Luiz Henrique Campos, do jornal Estado de Minas.

Esse é o vídeo: https://www.youtube.com/watch?time_continue=17&v=GrÖNsrz7W3s&feature=emb_logo

“Muitos se referem àquele vídeo que circulava com o título #MilãoNãoPara. Era 27 de fevereiro, o vídeo estava explodindo nas redes, e todos o divulgaram, inclusive eu.”, disse o prefeito.

A Itália registrou 662 mortes em decorrência do coronavírus nas últimas 24 horas, 21 a menos que entre terça e quarta-feira. O número total de mortos no país europeu chegou a 8.215. O total de pessoas contaminadas passou de 74.386 para 80.589 na quinta-feira, dia 26. A contagem de pacientes que contraíram o coronavírus e foram curados saltou de 9.632 para 10.361.



Saxofonista e compositor camaronês, Manu Dibango -

Lenda do jazz, Dibango é o primeiro grande artista vítima do Covid-19

O célebre saxofonista camaronês Manu Dibango, uma estrela do jazz africano, morreu nesta terça-feira aos 86 anos, poucos dias após contrair Covid-19, informaram pessoas próximas ao artista. Compositor de “Soul Makossa”, uma das músicas que roda o planeta desde os anos 70 plagiada por Michael Jackson, é o primeiro artista falecido vítima de coronavírus.

Nascido em Camarões em 1933, Emmanuel N’Djoke Dibango aprendeu a cantar no templo religioso onde sua mãe era professora, enquanto ouvia com os pais músicas francesas, americana e cubana, trazidas por marinheiros desembarcados no porto de Douala.

Sua vida foi inteiramente dedicada à música, tendo entrado com Soul Makossa, em 1972, para a lenda do jazz. A obra integrava parte do lado B de um disco de 45 rotações, cujo título principal era um hino para o time de futebol de Camarões para a Copa Africana de Nações de futebol.

“Soul Makossa fez as crianças rirem por causa do refrão Mama Ko, Mamassa, Mamakossa. Algum tempo depois, produtores americanos vieram à Europa para pegar música africana e se apaixonaram por essa música, que foi um sucesso do outro lado do Atlântico”, contou Manu Dibango.

Em 1982, enquanto gravava o agora mítico álbum “Thriller”, Michael Jackson deslocou parte de Soul Makossa para o final de uma das músicas sem o consentimento da parte interessada e sem sequer creditá-la na

capa. “Um amigo que trabalhou na ONU em Nova Iorque me enviou um cartão de boas-vindas, acrescentando: e parabéns por trabalhar com Michael Jackson. Fiquei lisonjeado por um dos maiores artistas do século ter me levado de volta. Mas ele também estava ganhando muito dinheiro alegando ser o autor da canção”, contou Manu Dibango, lembrando que o álbum Thriller foi durante anos o álbum mais vendido do mundo.

O processo judicial levou a um primeiro “acordo financeiro” de US\$ 200 mil. A situação voltou a ficar tensa em 2009, quando Jackson cedeu sem nenhuma autorização a música à gravadora Rihanna Song, que a regravou sem pedir autorização de Manu Dibango, gerando mais processos.

Para o ministro francês da Cultura, Frank Riester, “o mundo da música perde uma de suas lendas. A generosidade e o talento de Manu Dibango não conheciam limites. Cada vez que subia ao palco, ele se entregava intensamente ao público para fazê-lo vibrar de emoção. Penso em sua família e seus entes queridos.”

Não tenho palavras para traduzir minha tristeza. Você foi um gigante, meu irmão, um orgulho para os Camarões e para toda a África. Uma perda imensa! RIP o Rei da Makossa e Gênio do Sax”, descreveu o músico senegalês Youssou Ndir.

Uma homenagem será organizada, quando for possível, afirma a página do músico no Facebook.

Trump recua e estende quarentena até 30 de abril em todo o país



Ruas vazias de Nova York em quarentena - Foto: Cindy Ord/Getty Images

Irlanda assume controle de hospitais privados para combater o coronavírus

O governo da Irlanda declarou que assumirá o controle público de todas as instalações hospitalares privadas enquanto durar a crise devido ao novo coronavírus. São cerca de 2 mil leitos, nove laboratórios e milhares de funcionários que passam à direção do Ministério irlandês da Saúde, precisou o primeiro-ministro Leo Varadkar numa conferência de imprensa, de acordo com o jornal irlandês *The Journal*.

“É claro que devemos ter tratamento igual, os pacientes com o vírus serão tratados gratuitamente e serão tratados como parte de um sistema hospitalar nacional unificado. Enquanto durar esta crise, o Estado assumirá o controle de todas as instalações hospitalares privadas e administrará todos os recursos para o benefício comum de todo o nosso povo. Não pode haver espaço para o público versus o privado quando se trata de uma pandemia”, disse o ministro de Saúde da Irlanda, Simon Harris. Outra das medidas que



Pacientes com vírus terão um tratamento único, gratuito, nacional e unificado”, diz Simon Harris, ministro da Saúde

para frear o vírus”. A República da Irlanda é um território independente que ocupa a maior parte da ilha de Irlanda, frente às costas de Inglaterra e Gales e não faz parte do Reino Unido, ao contrário da vizinha de cima, a Irlanda do Norte. A Irlanda segue sendo parte da União Europeia mesmo após o Brexit. É o berço de escritores como Oscar Wilde, George Bernard Shaw, James Joyce, Samuel Beckett, Jonathan Swift, William Butler Yeats, entre outros.

Varadkar afirmou: “Acreditamos que devemos fazer cada dia mais para achatar a curva. As pessoas devem ficar em casa e sair só quando possível, é a melhor maneira



Manifestação pela liberdade de Assange em frente à embaixada britânica nos EUA

Corte inglesa cede a Washington e rejeita pedido de condicional para o jornalista Julian Assange

Atendendo pressão norte-americana, a Corte de magistrados de Westminster, na Inglaterra, rejeitou nesta quarta-feira o pedido de liberdade condicional para o fundador do WikiLeaks, Julian Assange, trancafiado em um presídio de segurança máxima de Londres por ter divulgado crimes de guerra cometidos pelos Estados Unidos no Afeganistão e no Iraque.

Conforme a defesa do australiano comprovou, Assange encontra-se em um estado extremamente frágil, existindo risco de morte em caso de infecção pelo novo coronavírus no presídio de Belmarsh.

Alertando para as frequentes torturas psicológicas a que o ativista vem sendo submetido – entre elas a de ter acesso a uma única hora de luz por dia –, manifestantes têm ampliado a presença e a pressão em frente à Belmarsh.

A perseguição a Assange foi desatada desde a publicação de um vídeo no WikiLeaks em 2010, em que soldados norte-americanos executam civis desarmados em Bagdá, a partir de um helicóptero. Entre os civis assassinados, um motorista e um fotógrafo da Reuters. Também foram informados documentos sigilosos com crimes de guerra, incluindo assassinatos e torturas, no Iraque e no Afeganistão. A animosidade contra o fundador do WikiLeaks levou Hillary Clinton, quando secretária de Estado de Obama, a sugerir em uma reunião: “Não podemos jogar um drone em cima dele?”

O pedido da libertação acontece no meio da segunda fase do julgamento do pedido de extradição feito pelos Estados Unidos, que está marcado para acontecer em maio, e foi feito após

o governo inglês indicar a possibilidade de soltar presos de baixa periculosidade para reduzir o contágio em locais de detenção.

Em relação ao ativista, a juíza afirmou não existir razão para duvidar da eficácia das medidas adotadas pelo presídio para combater a propagação do Covid-19, e que o ativista não é o único preso vulnerável.

O promotor Clair Dobbin, em representação feita pela Justiça dos EUA, argumentou que por haver “risco de fuga”, não seria apropriado aceitar o pedido de libertação.

Assange, teve prisão decretada há dez anos na Inglaterra a pedido da Suécia, sob a falsa acusação de “crime sexual” – já arquivado –, passou a última década confinado, inicialmente na embaixada do Equador em Londres, onde ficou abrigado até o governo de Lenin Moreno retirar o seu status de refugiado, em 2019.



Pastor negava a ameaça da doença e dizia que a Covid-19 era apenas invenção da mídia

EUA: pastor que chamou a pandemia de “histeria” morreu acometido do vírus

Landon Spradlin, o pastor norte-americano que chamou o novo coronavírus de “histeria coletiva”, morreu na quarta-feira aos 66 anos, acometido do vírus.

O pastor era um dos apoiadores de Trump. Negava a ameaça da doença e afirmava que a pandemia era uma estratégia da mídia para “derrubar o presidente”. Dias antes de apresentar os sintomas chegou a compartilhar informações desequilibradas sobre o assunto.

“Histeria em massa”, escreveu ele no dia 13 de março. E replicou um post que contava a história de um missionário que teria se protegido da peste bubônica com o “Espírito de Deus”.

“Enquanto eu andar à luz dessa lei (do Espírito da vida), nenhum germe se ligará a mim”, dizia a publicação.

Segundo o jornal espanhol ABC, o pastor passou mal no dia 17 quando voltava para a casa, após uma missão ao lado da mulher, Jean. Ele foi levado para o hospital Atrium Cabarrus, em Concord, onde foi diagnosticado com pneumonia nos dois pulmões. Posteriormente foi submetido ao teste do novo coronavírus, que indicou positivo.

No dia seguinte, o quadro clínico de Spradlin piorou, ele foi sedado, colocado em um respirador e durante a internação teve de ser submetido à hemodiálise. No entanto, não resistiu aos sintomas. Ele foi a décima morte relacionada ao coronavírus na Virgínia.

Premiê britânico confirma que está com coronavírus

O primeiro-ministro da Grã Bretanha, Boris Johnson, testou positivo para a Covid-19, como ele próprio anunciou em mensagem de vídeo publicada em seu Twitter oficial nesta sexta-feira (27).

Seu ministro da Saúde, Matt Hancock, também testou positivo para o coronavírus. Os dois anunciarão que continuarão comandando a batalha contra a Covid-19 apesar do auto-isolamento, por meio de videoconferência.

Johnson é o primeiro chefe de governo entre as maiores economias do mundo que é atingido pela pandemia, embora haja ocorrido antes suspeitas, como com a primeira-ministra alemã Angela Merkel, o que não se confirmou.

“Olá, pessoal, eu queria informar vocês sobre algo que aconteceu hoje. Eu desenvolvi sintomas leves do coronavírus, como temperatura elevada e tosse persistente, e por aconselhamento médico, eu fiz o teste e ele deu positivo”, disse Johnson no vídeo, divulgado sob o hashtag #FiqueemCasaSalveVidas.

“Estou agora em auto-isolamento, mas continuarei a liderar a resposta do governo via videoconferência na luta contra este vírus”, acrescentou Johnson, tranquilizando a população.

“Juntos, vamos derrotar isto. #FiqueemCasaSalveVidas”, conclamou.

Também o príncipe Charles foi contagiado pelo coronavírus. Boris Johnson, que inicialmente adotara uma estratégia de deixar o vírus à solta para supostamente desencadear uma “imunização de rebanho”, deu meia volta e adotou a política aconselhada pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Redução da velocidade de transmissão do vírus, por meio de medidas de contenção e confinamento social, para achatar a curva de infecção e evitar o colapso do sistema hospitalar – o desastre visto na Itália, após o governo resistir a implantar a quarentena. Ao que se deve somar extenso processo de realização de testes que permita isolar e tratar os doentes.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

Economista do FMI que se opôs à quarentena morre aos 26 anos com Covid-19

Um economista do FMI de 26 anos morreu de Covid-19 na terça-feira (24) em Washington, nos EUA, três dias após postar no facebook texto contrário à quarentena para conter a pandemia.

O óbito foi noticiado pelo maior jornal em língua inglesa do Paquistão, de *The News International*, que descreve o paquistanês Rehman Shkur como especialista em sistemas financeiros no FMI e filho da recém-promovida general do corpo médico do exército paquistanês, Abeera Choudry, e do brigadeiro médico da reserva, Irfan Shkur.

No sábado (20), em sua última postagem no Facebook, Shkur comentou um artigo do jornal *The New York Times* intitulado: “Nossa luta contra o coronavírus é

pior que a doença?”.

“Difícil decidir se o aspecto humano da doença é mais importante do que suas implicações na economia e em outras áreas importantes. É muito fácil deixar a emoção guiar a política, e vimos várias vezes por que essa é uma má ideia”, postou Shkur após classificar o artigo de “muito importante”.

Sem suspeitar que seria vítima de seus próprios preconceitos e da falta de empatia para com a vida de milhões de seres humanos. Registre-se que nem a própria direção do FMI, pelo menos oficialmente, acha que pode tratar desse jeito a pandemia.

Shkur foi um dos 82 mil casos que fizeram os EUA ultrapassar a Itália e a China esta semana em total de contágios.

dida por um republicano, já havia se manifestado a favor da orientação das autoridades médicas e da ciência, ao mesmo tempo em que considerava “confuso” o alarde de Trump sobre reabrir tudo na Páscoa.

O principal conselheiro científico da força-tarefa montada pela Casa Branca contra o coronavírus, o renomado infectologista Anthony Fauci, precisou dizer na lata de Trump quem determina o tempo de duração da contenção “é o vírus, não somos nós”.

SEM COMANDO

Apesar de Trump ter feito das conferências televisadas diárias sobre o coronavírus seu talk show predileto, o país virtualmente ficou sem comando federal em matéria do enfrentamento da pandemia.

Do atraso nos testes à falta de equipamentos de segurança e de máscaras e respiradores, passando pelo absurdo espetáculo de estados, municípios e órgãos federais disputarem os mesmos dispositivos em falta, a preços exorbitantes.

Trump também demorou muito a ordenar que GM e Ford produzissem os respiradores, conforme lei da época da Guerra da Coreia.

Mas a inflexão de Trump é fundamental, tendo em vista que Nova Iorque está – como notou Cuomo – a “duas a três semanas” do pico de contágio – e, portanto, da escalada das mortes – e é alarmante a a situação dos hospitais.

Trump anunciou ainda a chegada de 80 toneladas de equipamentos médicos em 20 voos desde a China. Ele também disse no domingo que espera que o pico da taxa de mortalidade do país provavelmente seja atingido em duas semanas e que, em 1º de junho, o país “estará no caminho da recuperação”.

“COMO NY”

A chefe da força-tarefa da Casa Branca contra o coronavírus, Deborah Birx, advertiu que “toda a área metropolitana” nos EUA “deve assumir que pode ter um surto equivalente a Nova Iorque e fazer de tudo agora para evitá-lo”.

“É assim que as pandemias funcionam, e é por isso que todos estamos profundamente preocupados e porque estamos alertando”, acrescentou.

Também no domingo o conselheiro científico e infectologista Fauci afirmou que a pandemia pode matar “entre 100 mil e 200 mil” nos EUA e que serão “milhões” os contagiados, de acordo com os modelos estatísticos epidemiológicos. Previsões que podem ser confirmadas ou não, observadas, dependendo das medidas de contenção adotadas, diante de uma doença para a qual não há tratamento nem vacina.

O que Trump avaliou como uma situação melhor do que a prevista no famoso estudo do Imperial College britânico de que, se não fossem tomadas medidas de supressão do contágio, e se optasse pelo contágio às cegas, tornando abrupta a curva de contágio (e portanto a superlotação das unidades de tratamento intensivas imprescindíveis diante da ‘pneumonia estranha’), os mortos nos EUA pela pandemia ultrapassariam os 2 milhões.

ANTONIO PIMENTA

Leia a matéria completa em www.horadopovo.com.br

Leitura do "Auto dos 99%", peça do CPC da UNE, 1962



Augusto Buonicore: Centro Popular de Cultura da UNE – crítica a uma crítica (3)

Continuação da edição anterior

Os artistas do CPC propuseram se colocar ao lado do povo. Mas, eles tinham uma concepção determinada de povo e distinguiam dentro dele as diferentes classes sociais. Procuravam se colocar dentro da perspectiva de uma delas: o proletariado. Tendo em vista o autoritarismo e o elitismo das nossas classes dominantes, o CPC trouxe ares democratizantes ao sufocante cenário cultural brasileira. Nada mais democrático que a insistente busca de se construir a unidade artista/povo

AUGUSTO CÉSAR BUONICORE

CPC: POPULISTA E AUTORITÁRIO?

Como já vimos nas partes anteriores desse ensaio, uma das principais acusações contra o projeto cultural do CPC da UNE foi de que ele teria sido populista e autoritário. Mas, afinal, o que é a ideologia populista, que parece impregnar todos os movimentos políticos e sociais no pós-1930? Segundo Francisco Weffort, o principal teórico do populismo no Brasil, a ideologia populista seria uma ideologia de fundo pequeno-burguesa que tenderia, necessariamente, a obscurecer “a divisão real da sociedade em classes com interesses sociais conflitivos e a estabelecer a ideia do povo (ou da Nação) entendido como uma comunidade de interesses solidários”. O professor Armando Boito, por sua vez, afirmou que a ideologia populista possuiria como uma de suas características o que poderia se chamar de “culto do Estado Protetor”. Portanto, ela seria uma espécie de ideologia estatista e, por isso mesmo, bloquearia a constituição das classes, dificultando que os trabalhadores assalariados (manuais e intelectuais) se transformem em força social autônoma.

Levando-se em conta as características centrais apresentadas por estes autores, dificilmente poderíamos enquadrar, sem problemas, o projeto político e cultural do CPC dentro da rubrica populismo. As suas principais obras, de fato, se inseriam dentro de uma perspectiva nacionalista, mas esta não acobertava a existência de contradições de classe no interior da nação. Pelo contrário, a grande maioria delas reconhece a existência da luta de classes e a sua centralidade para a compreensão do nosso

processo de desenvolvimento político e cultural. A questão nacional é sempre referenciada na acirrada luta entre os diversos projetos existentes – e conflitantes – no interior da sociedade brasileira. O nacionalismo do CPC não era, portanto, um nacionalismo de tipo burguês e sim anti-imperialista.

Os intelectuais e os artistas do CPC propuseram se colocar ao lado do povo. Mas, para eles, o povo não era algo metafísico. Os jovens cepecistas tinham uma concepção determinada (marxista) de povo e distinguiam dentro dele as diferentes classes sociais. E mais, procuravam se colocar dentro da perspectiva de uma delas: o proletariado. Se foram felizes no seu intento já é outro problema. Emblematicamente a peça que deu origem ao CPC chamava-se *A mais-valia vai acabar*, seu Edgar.

Quanto à ideologia estatista, podemos dizer que se existiu – e deve ter existido em algum grau –, ela não foi o núcleo central da concepção e prática cultural. O CPC jamais reivindicou a incorporação ao Estado. Existiu, inclusive, uma resistência quanto a mantê-lo com verbas públicas. Mantinha suas atividades com a venda de seus espetáculos a entidades ou através da cobrança de ingressos. Como afirmou o primeiro presidente do CPC: “o nosso público, que iria usufruir nossa criação cultural, é que deveria pagar por ela, pois só assim tiraríamos, como de fato tiramos, o Estado da jogada e não ficaríamos, como os sindicatos, atrelados ao Estado pelo umbigo da dependência econômica”. Continuou, “intuitivamente, ou, quem sabe, forçado pelas circunstâncias, o CPC constituiu-se como órgão da sociedade civil, foi

criado e sustentado por ela o tempo todo”.

E por fim, o CPC não foi um instrumento de desorganização das chamadas classes médias, ou dos trabalhadores; pelo contrário, ele foi um canal de organização e expressão dos interesses da categoria social dos estudantes universitários, em especial da jovem intelectualidade progressista. O papel organizador do CPC está para ser melhor estudado.

E quanto ao autoritarismo do CPC?

Sem dúvida, o Anteprojeto do CPC possuía uma retórica autoritária, em especial quando tratava dos diversos tipos de arte não elitista. A desqualificação da cultura produzida diretamente pelas populações despossuídas era uma evidência disso. Estas são as passagens mais problemáticas daquele texto. Existia também uma visão messiânica sobre o papel dos artistas e intelectuais cepecistas. Mas, este viés autoritário e elitista foi matizado em passagens do livro *A Questão da Cultura Popular*, do próprio Carlos Estevam Martins. Em outros textos a distinção entre cultura popular, cultura do povo e cultura popular revolucionária praticamente desaparecia.

Uma pergunta fica: será que devemos julgar todo um movimento, em especial da proporção que adquiriu o CPC, a partir de um ou de alguns documentos programáticos? A resposta é não. O movimento desencadeado pelo CPC foi bem maior que os seus manifestos e proclamações.

Tendo em vista o autoritarismo e o elitismo das nossas classes dominantes, o CPC trouxe ares democratizantes ao sufocante cenário cultural nacional. Nada mais democrático, nos marcos da vida brasileira, que a insistente busca de se construir a unidade artista/povo.

A popularização da arte, mesmo dentro dos limites impostos pela estética cepecista, deve ser considerada positiva. A apresentação de peças teatrais, recitais de poesia e shows de música popular nas universidades, sindicatos, praças públicas e bairros populares garantiu uma socialização maior do conhecimento produzido pela intelectualidade brasileira. Outro aspecto a se destacar foi o aparecimento de inúmeros jovens artistas que, sem o canal aberto pelo CPC, não poderiam ter se projetado local ou nacionalmente.

A integração de velhos

compositores populares provenientes dos morros cariocas ou do norte/nordeste brasileiro, praticamente desconhecidos do grande público (Cartola, Zé Ketti, Nelson Cavaquinho, João do Vale, etc.), e artistas oriundos das camadas médias urbanas (Vinícius de Moraes, Carlos Lira, Sérgio Ricardo etc.) revigorou a música popular brasileira, democratizando-a. O movimento real de valorização do samba de morro, do samba enredo, do frevo, da literatura de cordel (sempre menosprezados pelas nossas elites culturais) não poderia ser entendido apenas com a simples leitura do *Anteprojeto de Manifesto do CPC da UNE*, escrito em 1962.

Existem aqueles críticos que afirmam ter ocorrido uma instrumentalização dos compositores populares pelo CPC. Esta teria sido a maneira encontrada para atrair o grande público que, no final, acabaria recebendo as “mensagens prontas” desses intelectuais de classe média. Acredito que esta é uma visão bastante simplificada do fenômeno. Se, no limite, podemos falar em instrumentalização, ela ocorreu numa via de mão dupla, na qual todos acabaram se beneficiando.

Luís Werneck Vianna, fazendo um balanço da experiência, chegou à mesma conclusão: “A sociedade brasileira registrou a presença do CPC porque ele foi capaz de resgatar o tema da cultura popular, valorizando e integrando essa cultura a partir de um aparelho que tinha existência nacional, que era a UNE”. Assim, uma das principais contribuições do CPC (a que ficou!) foi ter constituído uma parceria importantíssima para a cultura brasileira entre os compositores populares e os jovens artistas pertencentes às camadas médias urbanas. O que conhecemos hoje como MPB é fruto dessa união benfazeja.

É um claro exagero ver na concepção e na prática do CPC um desprezo pelo povo realmente existente. Foi ao povo real que o CPC procurou se vincular, e nessa tentativa sofreu vários e justificados tropeços. E foi, justamente, essa ousadia que lhe custou perseguições e o fechamento após o golpe militar de 1964. A ditadura recém-implantada procurou, de todas as maneiras, impedir o estabelecimento de qualquer laço entre os artistas/intelectuais de esquerda e as massas trabalhadoras. Algo que ela conseguiu realizar com algum êxito.

E, ao contrário do que dizem os seus críticos, os intelectuais e artistas cepecistas optaram pela constituição de uma “comunidade de destino” com o povo brasileiro, apesar do abismo social existente no país. Algo que procuraram realizar com denodo até serem atingidos pela repressão. Também não é correta a afirmação de que os artistas cepecistas queriam ser individualizados, e fugir do anonimato característico do “verdadeiro” artista do povo. Nenhum movimento cultural da história do país teve no seu interior um sentimento tão forte de negação da “obra de autor” e da individualização do artista. E por isso mesmo foi muito, e corretamente, criticado por vários intelectuais da época, especialmente os ligados ao Cinema Novo.

Muitas de suas obras foram produzidas coletivamente, entre elas a mais famosa o *Auto dos 99%*, na qual os autores nem ao menos eram divulgados. Algumas delas foram mesmo alteradas após críticas e sugestões do próprio público. Mesmo os casos de censura, como a feita pela diretoria da UNE contra a peça *A Vez da Recusa*, de Estevam Martins, eram encarados com naturalidade e não como uma ofensa ao autor. Afinal, segundo eles, o autor pouco importava. O importante era a mensagem a ser transmitida ao povo e a resposta deste.

Outra característica do teatro cepecista, uma herança do Arena, foi ter eliminado, ou reduzido ao máximo, a rígida divisão de trabalho dentro da produção teatral. Todos exercitavam a elaboração dos textos, a interpretação e os demais trabalhos necessários à montagem dos espetáculos.

O CPC da UNE foi responsável pela proliferação de movimentos de cultura popular por todos os estados brasileiros. Isso não se restringiu apenas às universidades. Formaram-se dezenas de CPCs, organizados por entidades secundaristas, sindicais e populares. A direção de uma parte deles estava nas mãos de correntes que não se afinavam com a força política hegemônica no CPC da Guanabara. Muitas delas estavam sob a direção de Ação Popular (AP), organização da esquerda católica.

O documento do CPC de Belo Horizonte, divulgado no I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, expressava uma visão que destoava daquela apresentada no Anteprojeto de



Manifesto do CPC. Ele afirmava: “queremos ressaltar que a cultura popular não pode consistir numa certa tendência que há de se elaborar intelectualmente o que o povo tem que querer, na sua luta de libertação. Tal atitude tem característica de uma imposição paternalista, provavelmente sem resultados consequentes. Linha de doação ou imposição de uma conscientização, onde o povo não foi provocado para refazer e repensar a partir de seus próprios meios de comunicação. Parece-nos prematuro procurar definir a cultura popular, uma vez que somente agora ela atinge uma dinâmica de elaboração”. Mais à frente dizia que a superação dos condicionamentos socioeconômicos “só poderá ser feita em moldes humanos se houver participação do povo, exprimindo-se dentro dos quadros de sua cultura”. Apesar das divergências, todos reconheciam que o motor do movimento havia sido o CPC da UNE.

Embora seja difícil medir o enraizamento da maioria dessas entidades e movimentos culturais que se formaram naqueles anos, é possível constatar certa tendência à expansão. Os dados demonstram que eles tinham uma base social real e respondiam a uma necessidade sentida pela maior parte da sociedade brasileira, que era a da democratização da cultura.

Enfim, se o CPC tivesse apenas o lado autoritário, como afirmaram seus críticos de esquerda e de direita, não teria tido a expressão que teve. Não teria contribuído para essa proliferação, descentralizada, de centros de cultura popular. Não teria feito história. Teria sido apenas uma seita de artistas e intelectuais sectários. Como disse, corretamente, o professor Manoel Berlinck: “Afirmar (...) como querem alguns, que o CPC foi um movimento autoritário, inserido na República Populista (...) é ser, no mínimo, insensível. Esses não percebem que não é sentado que se caminha e que se faz o caminho ao andar”.

Veja a bibliografia no site